

Como citar:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Conferência de abertura para o IX SIELP: O Ensino da Língua Portuguesa face aos desafios do Século XXI. IX Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa (IX SIELP): O Ensino de Língua Portuguesa Face aos Desafios do Século XXI* (Evento *on line*). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (UFU) / Instituto de Letras e Linguística (ILEEL); Braga: Universidade do Minho (UMinho) / Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, 01/12/2021: 19 páginas. Cópia de inédito.

O Ensino da Língua Portuguesa Face aos Desafios do Século XXI

Luiz Carlos Travaglia (ILEEL / UFU)

RESUMO- Tendo em vista a temática central do evento decidimos abordar relações entre o ensino de Língua Portuguesa e desafios de um tempo que estamos vivendo e que está por vir, o séc. XXI. Absolutamente, não é simples falar algo relacionado com o ensino de Língua Portuguesa face aos desafios do século XXI. Primeiramente, quais são esses desafios de um século que se aproxima de seu primeiro quarto? Em segundo lugar se já tivermos estabelecidos quais são tais desafios, é preciso pensar o que o ensino de Língua Portuguesa pode realizar frente a eles para que os enfrentemos e sobrepujemos. Nessa conferência buscamos levantar alguns desses desafios para a vida em geral ou no campo da educação e perceber como nós professores de Língua Portuguesa podemos usar o ensino de língua para enfrentar desafios que não são simples face à constituição e funcionamento de nosso mundo, essencialmente o mundo social.

Desenvolvimento

Como disse, decidi falar algo ligado ao tema do evento. Para isso perguntei:

- Quais são os desafios do Século XXI?
- Para enfrentar estes desafios o que se poderia fazer no ensino de Língua Portuguesa?

A resposta a essas questões não é simples, até mesmo porque a resposta à primeira pergunta vai depender da experiência e do conhecimento de cada um de nós e a resposta à segunda pergunta depende do que estabelecemos como a(s) meta(s) e os objetivos do Ensino de Língua Portuguesa, o que certamente depende de uma série de opções que fazemos quanto:

- a) à concepção do que é linguagem e portanto de língua,
- b) a como vemos a gramática da língua,
- c) aos tipos de ensino que podemos desenvolver,
- d) à postura que adotamos diante da diversidade linguística (variedades da língua: dialetos, registros e modalidades oral e escrita),
- e) a como vemos o texto e o discurso.

Para facilitar a abordagem de uma questão tão complexa achamos que seria interessante discutir o tema por alguns desafios que se configuram atualmente e que parecem ser desafios da humanidade para o século XXI, em termos da organização social da humanidade. São eles:

- 1) **Desafio 1:** A obtenção e o estabelecimento de igualdade
- 2) **Desafio 2:** O tratamento dado à diversidade em muitas áreas
- 3) **Desafio 3:** O ensino com tecnologias digitais
- 4) **Desafio 4:** Como tratar e trabalhar o volume e a complexidade de conhecimentos que existe atualmente?
- 5) **Desafio 5:** A mudança

Desafio 1: A obtenção e o estabelecimento de igualdade

Antes de mais nada essa igualdade deveria ideologicamente acontecer em vários campos. Assim fala-se de igualdade de tratamento sócio-cultural e de oportunidades oferecidas aos seres humanos independentemente de

- sexo;
- gênero;
- etnia;
- religião;
- aptidões intelectuais;
- características físicas (bonito X feio, alto X baixo, gordo X magro, cor da pele – relacionável com etnia, forte X fraco, com ou sem deficiências diversas, etc);
- poder econômico;
- outros.

Os fatores e ações para a efetivação de qualquer forma de igualdade são sempre complexos e de difícil realização.

Uma pergunta interessante para nós é como a língua pode ajudar a conseguir a igualdade.

- A relação entre língua e igualdade obviamente não será direta.
- Em primeiro lugar parece que a obtenção de uma igualdade linguística não é possível, mesmo se ficarmos apenas em uma língua (No nosso caso a Língua Portuguesa) e em uma única comunidade falante dessa língua. Em qualquer país lusófono (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) não temos igualdade, uniformidade linguística, devido sobretudo aos dialetos, registros, modalidades oral e escrita e ao contato espacial com outras línguas, com crioulos e outros responsáveis por variedade linguística. O ensino de Língua Portuguesa não será de modo algum o mesmo em cada um desses países e em suas regiões, a não ser que haja a imposição de uma forma da língua e a conseqüente anulação de todas as demais o que, sem dúvida, acarretará conflitos por razões identitárias entre outras, e que hoje

são tão reivindicadas por todos os grupos sócio-culturais, principalmente pelos grupos que se vêem como minoritários e desprestigiados. Uma difícil **questão** de natureza **política** seria a escolha da variedade de um país da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) para estabelecer uma uniformidade, uma igualdade, caso um dia se pretenda isso e o ache possível.

- Ainda cumpre lembrar todas as discussões que aconteceram e acontecem no âmbito da Linguística Aplicada sobre qual forma da língua trabalhar nas escolas com ou sem privilégio de uma delas. A norma culta continua levando o bastão de variedade a ser ensinada a todos por sua importância sócio-cultural, em função de ser nela que se registra toda produção e conhecimento cultural, intelectual e científico e, portanto, dominá-la é condição fundamental para a **igualdade** de acesso a todo esse conhecimento. Mas a grita tem-se levantado contra o que seria um preconceito linguístico semelhante aos que acontecem nos campos de gênero, etnia, religião, aptidões intelectuais, características físicas, poder econômico entre outros. Assim sendo, os professores têm se sentido pressionados a, pelo menos, apresentar a existência das outras variedades e aconselhar a não tratar com preconceito as de menos prestígio. Mas a grande maioria dos professores não se sente seguro e à vontade sobre o como agir.
- Tudo em que se precisa decidir por uma ação face ao desafio da igualdade passa por processo semelhante: há um elemento mais prestigiado, uma tentativa de relativização/explicação desse prestígio (que é sempre visto como ideológico em termos de visão de mundo), uma postura de denúncia e de cobrança por parte dos menos prestigiados e a consequente exigência de que eles sejam valorizados, geralmente criando separações mais nítidas entre grupos e de uma certa forma inviabilizando o estabelecimento de uma igualdade a não ser em pequenas áreas e aspectos limitados do convívio social.
- Isso acontece em todos os campos de busca de igualdade de que falamos: sexo, gênero, etnia, religião, aptidões intelectuais, características físicas (bonito X feio, alto X baixo, gordo X magro, cor da pele – relacionável com etnia, forte X fraco, com ou sem deficiências diversas, etc), poder econômico e outros.
- O quadro apresentado a seguir, apenas para efeito de raciocínio, foi elaborado pensando na realidade brasileira, que em alguns casos apresenta similaridades com outras realidades. Não estamos discutindo por quais razões determinados grupos ou elementos têm mais prestígio que outros, nas sociedades e culturas. Apenas montamos o quadro com base em elementos circulantes em nossa sociedade.

Quadro

	Campo	Prestigiado	Não prestigiado
1	Sexo	Masculino	Feminino
2	Gênero	Heterossexual	LGBTQIA+
3	Etnia (1)	Branco	Negros, pardos, indígenas, outros(?)
4	Religião	Cristianismo (católicos, protestantes, evangélicos, armênios, outros)	Espiritismo, Candomblé, Umbanda, Quimbanda, outros.
5	Aptidões intelectuais	Superdotados, sem deficiência intelectual e psicossocial	Com deficiência intelectual: (QI entre menos de 20 e 69) Síndrome de Down, paralisia cerebral, esquizofrenia, outros(?).
6	Características físicas	Bonito, alto, magro, forte, sem deficiências físicas (ou motoras), visuais, auditivas.	Feio, baixo, gordo, fraco, com deficiências físicas (coxo, maneta, aleijado, paraplégico, etc) auditivas (surdo), de fala (mudo), visuais (cego), (Obs. 2)
7	Poder econômico	Rico, classe média	Pobre, miserável
8	Língua	Norma culta, registros mais formais e técnicos	Dialetos e registros que não são a norma culta, nem se correlacionam com ela.

Quadro elaborado pelo autor.

Observação 1 – Pensamos no embate mais evidente hoje na realidade brasileira. Em outras sociedades o embate se estabelece entre outras etnias. Como na África, o embate entre duas etnias negras. Exemplo disso é o massacre dos tutsis e hutus moderados que aconteceu essencialmente entre 07/04 e 15/07/1994, pela classe dominante hutu, durante a guerra civil em Ruanda. Neste caso houve motivações étnicas, mas também políticas pela tomada do poder no país. O genocídio perpetrado então deve ter matado em torno de 800.000 pessoas. Nos EUA, acontece o desprestígio dos latinos diante dos não latinos. E assim por diante. Vê-se, por estes exemplos, que geralmente esses fatores todos podem vir imbricados.

Observação 2 – Muitos desses itens lexicais já são reveladores de preconceito

Não é preciso pensar muito para perceber que em alguns casos o estabelecimento de uma igualdade parece implicar a prevalência de **A** em detrimento das demais possibilidades, mesmo que para o positivo. Se não for assim não haverá igualdade. Isso pode ser chamado de dominação, com a perda de uma riqueza que a variedade traz. E sempre provoca o medo “deles”, e esses eles são antes fantasmas criados em nossa mente do que realidades. Para se

opor a “eles” e tomar seu lugar no mundo é comum grupos desprestigiados revisitarem o passado, buscando o enobrecimento pela origem.

Mas, mesmo se pensarmos em casos em que parece não ser tão difícil tomar uma decisão, haverá problemas enormes a resolver, inclusive o de qual possibilidade escolher e de como determinadas opções seriam realizadas. Por exemplo, quando se fala em igualdade se pensa muito em poder aquisitivo, em poder econômico, aliás quase só nisso com suas implicações em moradia, alimentação, saúde, educação, etc. Um sistema que se propusesse a estabelecer uma igualdade nesse campo teria de tomar a difícil decisão de em que patamar estabelecer essa igualdade. Metaforicamente podemos perguntar: todos seriam igualados pela choupana, pela boa casa de alvenaria, pela mansão ou pelo palácio? E, tomada a decisão, como viabilizar isso em termos econômicos e humanos?

É o grande problema que temos enfrentado no ensino de Língua Portuguesa. É possível estabelecer uma igualdade em termos de uso linguístico, tendo em vista dialetos, registros e modalidades oral e escrita? Devemos ou não eliminar de nosso léxico palavras, palavras carregadas de preconceito e visões ideológicas do mundo como *filho de uma puta*, *desgraçado*, *verme (aplicado a humanos)*, *tarado*, *pança*, *biscate*, *aleijado*, *retardado*, *pé rapado*, *quinquilharia*, *assassino*, *vagabundo*, *sem vergonha*, *filhote de lombriga*, etc.? Devemos no ensino da língua considerar o politicamente correto e sua interferência nos modos de dizer? Ou isso é uma forma outra de repressão com possível eliminação de elementos linguísticos da comunicação em sociedade? O politicamente correto é melhor por quê? Isso vai realmente trazer um bem? (seja lá o que “trazer um bem” queira ou possa dizer).

Temos proposto que a grande meta e objetivo do Ensino de Língua Portuguesa (E também de língua em geral) seja desenvolver a competência comunicativa das pessoas. Podemos dotar todos das mesmas competências de comunicação linguística? Sim? Não? Por que? Como faremos isso. São questões como essas que têm preocupado os linguistas e os linguistas aplicados e todos os que estão em sala de aula nos Ensinos Fundamental e Médio, mas também no Superior. Propostas estão na mesa, mas o medo, a tradição e, com frequência, o desconhecimento têm repetidamente impedido mudanças.

Mário Perini, em entrevista apresentada na TV Câmara, em 07/11/2021, no programa Memória e Poder¹, referiu pesquisa realizada por ele e um grupo da Universidade Federal de Minas Gerais, que buscava determinar porque os alunos não entendiam determinados textos, vistos como mais elaborados. Foi percebido que o uso de determinados recursos linguísticos e de estruturação dos textos tornavam tais textos incompreensíveis para alunos que viviam em um ambiente cultural mais simples (digamos assim), em que o contato com textos mais elaborados era mínimo ou nenhum. Assim, por exemplo, notou-se que a suspensão de uma informação em curso para intercalar outra, exigindo que cognitivamente se mantivesse essa primeira informação em suspenso para

¹ - Não conseguimos registrar outros dados.

retomá-la mais adiante, prejudicava a compreensão. Essa intercalação pode ser feita por exemplo com orações adjetivas, intercaladas, coordenadas, subordinadas, etc. Assim um texto com um período como² *“Os seres humanos tendem, onde não se lhes oferece desafios para que sua mente trabalhe constantemente na resolução de problemas, a serem menos criativos.”* Seria menos compreensível que um período como *“Tereza devolveu o livro que lhe emprestei e de que eu gosto muito”*. Outros elementos, tais como: inversões, truncamentos, anáforas, elipses, vocabulário mais erudito e técnico, mas não só estes, podem dificultar a legibilidade dos textos. Acabamos de fazer um texto com informação inserida em outra, intercalada. Vocês considerariam mais legível a versão *“Outros elementos podem dificultar a legibilidade dos textos. É o caso de inversões, truncamento, anáforas, elipses, vocabulário mais erudito e técnico, mas não só estes.”*

A questão lançada por Perini foi: Havia uma decisão a tomar. Fazer-se uma versão mais legível dos textos para apresentar ao público com menos recursos linguísticos e talvez cognitivos ou apresentar os textos do mesmo modo para todos os públicos. O que significa adaptar o texto para uma versão facilitada para dado público? Não se estaria roubando-lhes a oportunidade de progredir para uma competência mais abrangente? Ainda não estamos inserindo aqui questões e problemas como escolas de áreas mais nobres e menos nobres ou pobres, sem museus, cinemas, teatros, bibliotecas particulares ou públicas, etc. Todos se acostumaram a opor escolas de periferia e de centro das cidades. Escolas do Sudeste e do Nordeste, mas de repente escolas do Nordeste estão sendo melhor avaliadas do que escolas do Sudeste e Sul. É por isso que particularmente sou a favor de manter os desafios e conduzir o aluno para superar limitações que aparecem em função de fatores diversos.

Como se pode ver, o desafio da **igualdade** está intimamente relacionado com o da **diversidade** e não é possível pensar um sem pensar o outro.

Desafio 2: O tratamento dado à diversidade.

Como já vimos, a **diversidade** existe em todos os campos. Lembramos alguns desses campos ao falar da igualdade. Se formos levar a extremos não há dois seres humanos iguais nem mesmo quanto à forma física. Nem mesmo os gêmeos univitelinos, pois sempre há alguma pequena diferença que mães, por exemplo, conseguem detectar.

Estamos juntos no mundo e nas sociedades com diferentes culturas, então não temos como fugir à convivência com a diversidade. Nessa convivência é preciso toda a cautela e cuidado com o desejo de impor valores e verdades como sendo os corretos, os válidos. Temos que ter a certeza (se alguma é possível) de que é possível conviver com a diversidade sem abafar valores e verdades X ou Y de A ou B. Sempre convivemos com diversidades, mas parte

² - Os exemplos não são os apresentados por Mário Perini, pois não tivemos a presteza necessária para anotá-los. Apresentamos algo semelhante.

delas sempre foi abafada, sobrepujada, menos valorizada, mas agora há, cada vez mais, a reivindicação de lugar e espaço no mundo pelos que estariam abafados ou oprimidos.

Não se tem *um bem, uma verdade, um fim únicos*, por isso existe a diversidade e é preciso conviver com ela para não termos a destruição de A por B, que quer impor o seu bem, a sua verdade o seu fim. Fala-se então que deve haver **tolerância** de um pelo outro. Prefiro o item lexical **respeito** ao item tolerância, porque, geralmente, se diz que se tolera algo com que não se concorda, de que não se gosta e que se preferiria que não existisse ou pelo menos fosse de outro modo. Isto está na semântica do item lexical. A tolerância implica uma concessão, um beneplácito de quem se considera superior. Tolerase a existência de um dialeto caipira, mas ele devia ser substituído por outro “melhor”. Os parâmetros para dizer que A é superior a, ou melhor que B são sempre questionáveis e por isso acontecem os conflitos. Já o respeito implica acatamento do outro tal como ele é, sem potenciais avaliações negativas e esse acatamento se traduz em paz e não em conflito.

Deve-se perguntar como fica a língua e seu ensino face a esta questão da diversidade. Nesse ponto, tem sido considerado ao longo dos séculos o privilégio de uma variedade linguística (a dita norma culta), enquanto as demais são estigmatizadas, desvalorizando os indivíduos que as usam. Mudar essa tradição em um mundo como o do momento em que tudo está sendo questionado, provocando mudança, não tem se revelado uma ação fácil ou bem estabelecida, até mesmo porque não se tem uma decisão sobre o que a escola deve fazer. Deve-se dar acesso à norma culta a todos os usuários da língua, criando assim uma igualdade de uso que gera o acesso igualitário a toda a produção de conhecimento de nossa sociedade? Deve-se trabalhar ou não com todas as variedades linguísticas, ensinando-as aos alunos? Se sim, como? Isso implicaria, por exemplo, que os falantes fossem capazes de utilizar todos os dialetos (regionais, sociais, de idade, histórico, de sexo e função) e registros (de grau de formalismo e sintonia, esta nas dimensões do status, da tecnicidade, da cortesia e da norma) e ainda as modalidades oral e escrita com suas diferenças. Cabe perguntar se isso interessa e é possível no tempo de que se dispõe na escola para o ensino de Língua Portuguesa. Parece evidente que a resposta é não, nos dois casos, o que implica uma escolha daquilo com que trabalhar. Pode-se então dizer que se está privilegiando a forma de dizer de um ou alguns grupos em detrimento de outros.

Temos que ser capazes de decidir o que seria essencial para as pessoas num mundo em que não somos muito capazes de dizer como será daqui a 20, 30 anos já que as mudanças estão se tornando cada vez mais rápidas. Não dispomos do privilégio de nossos ancestrais que acreditavam nos diversos fatos, bens, verdades e fins que configuravam suas identidades e modos de existir e que eram duráveis por séculos. Não temos tempo para adivinhar o futuro e, portanto, para decidir com calma o que fazemos. Estamos pressionados. E muito.

Vamos condenar formas como: *nós foi, a gente fomos, corgo (=córrego), crisantemo, Trouxe pão de queijo para mim comer, ponhá, seja* e outras por não serem da norma culta ou vamos mantê-las? Quando? Como? Por quê? Se posso dizer todos os textos de (1), para dizer a mesma coisa e eles são vistos em gradação de realização ou não da norma culta e são todos usados em Português do Brasil (Portanto há uma diversidade), como optar por um ou outro? Ou se impõe a norma culta ou se deixa para lá e cada um que continue dizendo como está dizendo.

- (1) a – O rapaz com quem saí é muito gentil.
- b – O rapaz com que saí é muito gentil.
- c – O rapaz com o qual saí é muito gentil.
- c – O rapaz que eu saí com ele é muito gentil
- d – O rapaz que saí é muito gentil.

A diversidade linguística é uma séria questão, um desafio a ser enfrentado pelos professores de Língua Portuguesa no século XXI. Já se viu isso, mas parece não haver um caminho consensual ou pelo menos mais seguro a seguir. Seguro para qualquer ponto de vista.

Desafio 3: O ensino com tecnologias digitais

Com o surgimento das TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), a escola teve de perguntar como utilizar esses recursos para o ensino e aprendizagem e se era possível fazer um ensino melhor ao utilizar essas tecnologias. No Brasil, mais recentemente, esse questionamento acontece pela influência marcante da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que de certo modo cita e “exige” o uso das TDIC, explicitamente incluídas nas competências e habilidades a serem desenvolvidas.

A questão precisa envolver necessariamente como fazer essa utilização sem fazer uma mera transposição de um suporte de papel para um suporte digital de materiais e ações já longamente utilizados e sacramentados em séculos, ou pelo menos décadas, de tradição. Ou seja, o uso de TDIC por si só não representa inovação no ensino de Língua Portuguesa. O que tem representado essa inovação segundo Travaglia (2019) é a busca de trabalhar a língua numa dimensão textual e discursiva, considerando a significação e a função dos recursos linguísticos para a composição dos textos das mais diferentes categorias (tipos, subtipos, gêneros e espécies) para produzir efeitos de sentido desejados em situações concretas de interação comunicativa. A “análise centrada na significação e funcionamento discursivo dos recursos linguísticos nos textos das diferentes categorias (tipos, subtipos, gêneros e espécies) para uma interação comunicativa desejada e adequada socialmente é que representa realmente uma inovação” (TRAVAGLIA – 2019: p. 24 do artigo).

O que queremos é alertar que é preciso cuidado para não fazer um uso “festivo” desses recursos ou condicionar o bom trabalho no ensino de Língua Portuguesa a seu uso. Muitos tendem a atribuir uma dita má qualidade de ensino

à não disponibilidade dos recursos de TDIC. Isso não é real, pois é possível fazer um excelente ensino de Língua Portuguesa sem dispor de TDICs. Agora, se elas estão disponíveis, como podemos utilizá-las para incrementar a competência comunicativa dos falantes, especificamente de nossos alunos, na escola? Isso vai exigir de nós uma boa criatividade para não repetir digitalmente as mesmas e exatas ações de sempre.

Algo que é necessário registrar é o fato de que o tema da aula de Língua Portuguesa é a língua em si. Como ela é constituída, como funciona, como produz efeitos de sentido nas interações por meio de textos das mais diferentes categorias. Tem-se delegado ao professor de Língua Portuguesa que seja também um professor de uso de TDIC, e inclusive se deu a isso o nome de *letramento digital*. A BNCC diz que temos de levar as pessoas a

“compreender, utilizar e **criar** tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2018, p. 65)

Podemos questionar se este é realmente o papel do professor de Língua Portuguesa, principalmente no que diz respeito a criar TDICs, pois isso foge à competência de um professor de Língua Portuguesa e isto e tudo o mais amplia significativamente o que temos de ensinar aos alunos sem um correspondente aumento de tempo ou aulas de Língua Portuguesa. **SLIDE 21-** Todavia, se isso realmente for delegado ao professor de Língua Portuguesa, acreditamos que o objeto de ensino não será tanto o ensino de como usar um ou outro *software* ou aplicativo, mas o ensino da sintaxe que se utiliza na construção dos mesmos e cujo conhecimento é necessário e permite usar os mais diversos programas e aplicativos.

Evidentemente não se pode negar **vantagens** inquestionáveis e inegáveis do surgimento das TDIC. Algumas delas são: permitir a todos o acesso maior às informações, aos textos; favorecer o barateamento de distribuição de material para os alunos; facilitar o acesso a outras formas de linguagem e sua interação com a língua na composição de textos; o acesso a manifestações culturais a que, por razões diversas, a maioria não tem acesso, como livros, espetáculos de dança, teatro, filmes, festivais folclóricos e festas de diferentes regiões (que são gravados para divulgação), exposições de arte, exposições científicas, entre outras manifestações culturais e de conhecimento. Isso sem dúvida pode enriquecer sobremaneira o ensino/aprendizagem. A quantidade de informações e elementos utilizáveis é de tal monta que um desafio é achar nesse universo de materiais o que é pertinente para o nosso trabalho. Para o ensino de Língua Portuguesa cabe ao professor escolher o material pertinente e elaborar as atividades que levem ao aprendizado daquilo que se tem em foco no momento e que deve ser sempre algo da língua. Outras linguagens em interação são bem vindas e mesmo necessárias, mas é preciso pensar se fazem parte do foco principal.

Quando se produzem aulas, conferências, mesas redondas, seminários à distância, sejam essas atividades síncronas ou assíncronas e elas são assistidas pelos alunos ou outros, fica a questão de como suprir o que só a interação face a face pode nos dar?

Outra questão é como evitar uma abordagem muito horizontal, pouco profunda e sem verticalidade na leitura e produção de textos. Esse é um problema que tem surgido e já aparece, por exemplo, em pesquisas como as registradas nos artigos do livro **Políticas de ensino de Língua Portuguesa** editado pela equipe do SIELP e que está sendo lançado neste evento. Muitos autores abordam a questão do uso de TDCIs na escola e particularmente no ensino de Língua Portuguesa. Como lembrei no prefácio do livro citado, dizendo

“Se o uso de TDCIs pode ter efeitos positivos também pode ter efeitos negativos como a dispersão na leitura que prejudica a aquisição da competência de leitura em profundidade (Cf. Xavier neste livro) e ainda tornar muito fluida e esmaecida a vivência de um mundo em que se tinha espaço, tempo, movimento e deslocamento, contato e memória e que, portanto, reconfigura o nosso mundo tornando-o virtual ao alcance de um clique, mas não das mãos, além de provocar uma “avalanche de textos, a maioria deles postos em funcionamento para que nenhum esforço intelectual seja necessário para o consumo”. (Cf. Geraldi neste livro) Qual o efeito disso na formação dos alunos?

Não podemos esquecer que nossa ação como professores tem de levar as pessoas a

“compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2018, p. 65)

Pelo menos é o que pede a BNCC em uma das competências que arrola.

Alguns estudos e intuições apontam, por exemplo, que a leitura tem sido prejudicada pela tecnologia (Cf. Ottoni, artigo 2, in Mesquita e Rocha-2021, o livro do SIELP lançado nesse evento) talvez porque em muitos dos usos que têm sido feitos das TDIC, principalmente em redes sociais (O acesso a artigos científicos ou mais profundos de maneira geral tem sido pouco) está se limitando a um vocabulário básico, a uma redução de construções mais sofisticadas e variadas, o que tem tornado o processamento cognitivo menos eficiente para textos em que estes recursos linguísticos são usados. Certamente a produção de textos também se ressentiu dessa redução nos recursos linguísticos com que os falantes têm de lidar e sabem usar. E ainda cumpre ver como o uso de redes sociais pelos alunos afeta sua competência comunicativa a partir do uso de um vocabulário cada vez menor, o que, sem dúvida, é limitante do pensamento em sua extensão profundidade e matizes, que deixam de aparecer nos textos.

Finalmente gostaria de lembrar que a integração das TDIC no material didático que tem sido básico no ensino de Língua Portuguesa, o livro didático, não tem se mostrado fácil, nem simples.

Além disso, o uso de internet, computadores, tabletes, *smartphones*, programas, aplicativos e tudo o mais não tem sido feito com a competência esperada e nem de maneira abrangente, porque nem sempre está disponível para todos. E claro, se usar as TDIC é um desafio, torná-las disponíveis para todos é outro desafio.

Desafio 4: Como tratar e trabalhar o volume e a complexidade de conhecimentos que existe atualmente?

O volume de informações e conhecimento em todos os campos e áreas de conhecimento cresceu exponencialmente nos últimos tempos. Por essa razão é preciso selecionar com o que se vai trabalhar em sala de aula, considerando o que vai levar a conhecimentos, competências e habilidades básicas, essenciais. Isso vale para todos os campos de conhecimento e ensino e também para o conhecimento da língua e seu ensino.

Todos sabemos que a língua é um fenômeno altamente complexo, haja vista todo o esforço dos estudos linguísticos que até agora não chegou a dizer tudo sobre a constituição da língua e seu funcionamento, mesmo com a multiplicação de teorias e modelos (Gramática Tradicional, Estruturalismo, Transformacionalismo, Psicolinguística, Sociolinguística, Sociolinguística Interacional, Dialetoлогия, Estudo de mudança e variação linguística, Gramaticalização, Semântica, Semântica Argumentativa, Fonética, Morfologia, Sintaxe, Pragmática, Linguística Textual, Análise da Conversação, Análise do Discurso, Estudos Cognitivos da Língua, Funcionalismo entre outros) para descrever a língua e o aumento considerável de pesquisadores e estudiosos dedicados ao estudo da língua em todo o mundo e em nosso caso o estudo da Língua Portuguesa em todas as áreas da Lusofonia.

A massa de conhecimento é enorme. Então o professor de Língua Portuguesa terá que decidir e selecionar o que ensinar. Para isso quase sempre usa critérios tais como a *frequência*, a *complexidade* e a *extensividade* dos recursos da língua que serão objeto de estudo na sala de aula. Não só tem de escolher o que ensinar, mas qual abordagem vai utilizar, já que o mesmo aspecto da língua é estudado por diferentes modelos e teorias.

Também é sempre preciso dar uma visão global, integrada do conhecimento sobre cada recurso da língua e não trabalhar com uma visão segmentada, pois esta não desenvolve a competência comunicativa (o que tenho proposto como a grande meta válida para o ensino de Língua Portuguesa) e termina com um domínio da língua não totalmente efetivo como já disse em Travaglia (2018). O ideal é que o conhecimento de algo abranja todos os elementos envolvidos, permitindo perceber a contextualização, o global (a relação todo/partes), o multidimensional e o complexo, afastando a segmentação. Nisso estamos de acordo com Morin (2011) em seu capítulo II (os princípios do conhecimento pertinente). Em Travaglia (2018), damos o exemplo de elementos que precisam ser vistos no estudo da conjunção “ou” e na expressão de informação nova e dada, para se afastar da segmentação do conhecimento, o que é necessário para usá-las com competência.

Ao falar de segmentação do conhecimento é preciso lembrar que segmentamos pelos planos (fonético/fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático) e níveis (lexical, frasal, textual-discursivo) da língua e

ainda segmentamos estes elementos temporalmente com considerações do tipo: “pronomes devem ser estudados no sétimo ano”. Ou, “o primeiro tipo de texto com que devemos trabalhar é a narração”. E aí estuda-se pronome no sétimo ano e nunca antes ou depois. Nos primeiros anos trabalha-se com narrativas deixando de lado descrições, dissertações e injunções que só vão aparecer mais tarde e às vezes nunca. Além disso a argumentação, tão essencial no convívio em sociedade, quase nunca é trabalhada. Isso não devia ser assim. Os alunos devem estudar de tudo o tempo todo em função do que vai aparecendo nos textos e por uma escolha que acrescenta paulatinamente o conhecimento e domínio de cada vez mais elementos sobre cada tópico de ensino, ou se complexifica por exemplo os textos de cada tipo que se é capaz de produzir.

Quero exemplificar essa questão da globalidade com dois tópicos de estudo no ensino de Língua Portuguesa. Isto será feito de forma sucinta e incompleta (não sei se seria capaz de indicar globalmente tudo o que há sobre os dois tópicos):

No estudo dos **pronomes** não se pode simplesmente estudar a metalinguagem de classificação dos mesmos, primeiro como pronomes e depois em seus subtipos (pessoal, de tratamento, possessivo, indefinido, demonstrativo, indefinido, interrogativo) isto se seguirmos a classificação tradicional.

a) É preciso trabalhar também o seu valor semântico e funcional, percebendo por exemplo:

- quais podem (possessivos, indefinidos, demonstrativos, interrogativos, alguns relativos) ou não (pessoais, de tratamento, alguns relativos) funcionar como determinantes de substantivo.
- No que respeita ao seu uso o que é requerido ou não pela norma culta.
- Que os pronomes possessivos podem indicar por exemplo posse (pronome possessivo), mas também:
 - Espanto: - **Nossa!** que batida! / - **Meu**, você não se manca?!
 - Cálculo ou quantidade aproximada: Ele tem **seus** quarenta anos.
 - Afetividade, cortesia: **Minha** senhora não fique nervosa por nada.
 - Parentes, família: Ele acudiu e protegeu os **seus**.
- Ou que os pronomes indefinidos podem indicar indefinição, mas também quantidades diversas:

- (Não) Comprei (nenhuma / algumas/ várias/ muitas/ todas)

(das/as/ ~~Ø~~) roupa(s) que queria.

- Os pronomes pessoais às vezes podem indicar:
 - Interesse e expletividade: Não **me** conte isso para ninguém. / Leve-**me** este homem para casa.
 - Substituir de forma elegante o possessivo:
 - Ele pegou-**me** =(meu) o queixo carinhosamente / Ninguém ouvia-**lhe** (as suas) as ponderações.

b) Outro aspecto a considerar é o funcionamento e papel dos pronomes como recursos anafóricos ou catafóricos dentro da *coesão sequencial* na construção dos textos.

- Meu pai era cantor. **Ele** não compunha, mas **as** cantava magistralmente.
- Só lhe digo **isso**: não me venha com desculpas.

Outro exemplo interessante é o dos **gêneros textuais**, tornados pelas orientações oficiais o centro do ensino de Língua Portuguesa, embora não se tenha dito muito sobre como fazer isso. Diante de milhares de gêneros existentes, com quais vamos trabalhar no ensino de Língua Portuguesa dos Ensinos Fundamental e Médio? Sugerimos em Travaglia (2018b, item 4.2) alguns critérios que podem ajudar na seleção. Cabe lembrar aqui a recomendação dos PCNS de trabalhar com gêneros que “podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem” (PCN, 1998, p. 24)”. Isto sem dúvida se encontra com a preocupação nascente com uma superficialização consequente ao uso das TICDs. Travaglia (2018b) também fala de uma série de elementos próprios dos gêneros e que devem ser tratados para uma abordagem mais global. Não há espaço aqui para repeti-los nem o que já se tem descoberto em um grande número de estudos, não só sobre os gêneros, mas também sobre seu ensino. Mas podemos lembrar alguns desses elementos, para um ensino de forma global e não segmentada, como por exemplo: sua superestrutura e plano textual, sua relação com as categorias gramaticais, especializações lexicais, as comunidades discursivas em que são produzidos e usados, seus usos na argumentação, sua composição por tipos/sutipos e espécies, seus suportes preferenciais, seu conteúdo temático básico, seu uso argumentativo ou não, a questão dos atos de fala realizados, entre muitos outros.

Termino este item da complexidade do conhecimento e a necessidade de não segmentá-lo dizendo que acredito que a discussão do valor e contribuição dos recursos para a constituição dos textos e a efetivação de um efeito de sentido é o caminho para enfrentar essa complexidade da língua e dar uma visão da globalidade de sua constituição e funcionamento.

Desafio 5: A mudança

Talvez um dos maiores desafios desse século seja a mudança. As coisas sempre mudaram haja vista inclusive o soneto de Camões, feito no século XV

Luiz Vaz de Camões

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança;

Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.

Camões desenvolvia a temática da mudança que acontece sempre em uma direção negativa, todavia já era o registro do fato de que havia mudança. Se não houvesse mudança ainda seríamos os homens das cavernas ou algo mais antigo. Mas a mudança nunca foi tão rápida quanto hoje. A velocidade com que nossas certezas caem, nos causa insegurança ou medo. Assistimos à queda do que tinha sido estabelecido pela cultura em séculos, quase sempre sem a proposição de algo novo que seja devidamente estruturado, para nos sustentar como seres humanos numa vida natural e social segura.

Há também a queda, a mudança do que se tinha estabelecido para o ensino de Língua Portuguesa. Todos davam teoria linguística ou gramatical, metalinguagem e diziam estar ensinando a usar norma culta, mas esta quase sempre já era trazida de casa, tanto que agora, com o acesso da grande maioria das pessoas à escola, trazendo consigo muitas variedades da língua, adquiridas em seu meio social, a escola não tem sido capaz, na medida desejada, de instrumentalizar todos com a norma culta, o que ainda se reputa como desejável por razões de que já falamos. Todavia como já vimos esse não é o único fim de nosso ensino, já que há textos ruins, inadequados, mesmo vazados em norma culta.

A língua não muda assim tão depressa e então nos dá um alívio. Imaginem se a língua mudasse na velocidade com que vêm mudando as tecnologias de inteligência artificial, por exemplo? O que faríamos? Em pouco tempo uma geração não estaria mais compreendendo a outra, embora caiba perguntar se as novas gerações estão realmente conseguindo falar com as anteriores. Talvez a dificuldade seja mais em termos do que se diz do que em termos do como se diz.

Há o século XXI em curso. De que vamos precisar em termos de língua até o meio, o fim desse século de que já vivemos praticamente um quarto, assistindo como, nesse tempo, as coisas mudaram, embora pareça que não mudou muito o modo de ser do espírito humano, em termos de virtudes e

sentimentos, de modo de sentir as coisas. Continuamos inseguros, desorientados, com medo. Talvez mais hoje do que antes porque vemos mudar coisas que nos pareciam imutáveis, como o clima. No campo social, como disse, o estabelecido é questionado sem a proposição de algo que faça sentido para a maior parte das pessoas e as deixe seguras.

Como dissemos, as mudanças sempre aconteceram ou, se não, ainda seríamos os homens das cavernas. O homem sempre teve que se adaptar a elas. A questão é que tudo tem sido tão questionado que não sabemos mais se o que dizemos advém, realmente, de uma sabedoria atemporal, como a representada por Deus, ou a ciência ou apenas de uma visão de mundo, o que chamamos de ideologia, estabelecida em função de interesses múltiplos que hoje são denunciados e se quer que sejam trocados (por quais?), que se acusa, porque criou no seu viés de mundo o que temos chamado de preconceito. Um exemplo:

Dia 19/11/2021, no Dia da Bandeira, eu lembrava o hino da bandeira brasileiro que diz:

Salve, lindo pendão da esperança!
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz

Recebe o afeto que se encerra Em nosso peito juvenil Querido símbolo da terra Da amada terra do Brasil!	}	Refrão
--	---	---------------

Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul
A verdura sem par destas matas
E o esplendor do Cruzeiro do Sul

Refrão

Contemplando o teu vulto sagrado
Compreendemos o nosso dever
E o Brasil por seus filhos amado
Poderoso e feliz há de ser!

Refrão

Sobre a imensa Nação Brasileira
Nos momentos de festa ou de dor

Paira sempre sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor!

Refrão

O refrão diz **“Recebe o afeto que se encerra / Em nosso peito juvenil”**. Lembrei-me então de quando na quarta série do ginásio, nesse dia da bandeira, com 14 anos, após cantarmos o hino à bandeira (naquele tempo – 1965 - se fazia isso) um professor muito erudito e já mais velho, observou que ele não cantara “juvenil” como nós, mas “varonil”, já que ele era um homem adulto. Supondo que juvenil inclui homens e mulheres jovens, hoje, quase certamente, alguém poderia questionar como deveria cantar a mulher adulta. Ou seja, o feminismo poderia questionar que o hino é machista, embora juvenil possa se aplicar a homens e mulheres jovens. Há uma versão para as mulheres adultas?

Qual a solução linguística para isso? As mulheres deveriam cantar “nosso peito feminino”? Ninguém pensou nisso, até porque, nos tempos atuais, não se usa muito cantar os hinos. Para as feministas, poderia ser um questionamento linguístico, assim como a proposta de dizer “amigas” em vez de amigos, para não dar preferência ao masculino, numa confrontação de gênero dentro da língua, como se a categoria gramatical tivesse a ver com sexo. Todos os masculinos e femininos seriam eliminados? Por que razão? E como vamos agir no caso de itens lexicais cujo gênero gramatical não tem qualquer correspondência com sexo como é o caso de palavras como “mesa”, “mar”, “parede”, “navio”, e milhares de outras. Vejam que podemos ser confrontados, e somos, sobre estas questões. E quando se precisar marcar o sexo, como em “o meu dentista” X a minha dentista? Vou usar um determinante assim: Os meus amigos X as minhas amigas. E se os amigos forem um grupo de homens e mulheres como se dirá: es mees amigas? Certos questionamentos e propostas precisam ser pensados em suas consequências para não criar problemas maiores do que os que se diz estar resolvendo com tais propostas.

Como já ficou dito, a língua muda. Ela existe de muitos modos em suas variedades (É a diversidade linguística) e sobre ela estabelecemos verdades que hoje já não se sustentam da mesma forma que antes. Tanto a língua muda, como apresenta variedades coexistentes em forma de dialetos, registros e variação de oralidade e escrita, que hoje são objeto de estudos de Dialectologia, Variação Linguística, Variação e Mudança, Sociolinguística entre outros. No caso da Língua Portuguesa (Como de outras línguas como o Francês e o Inglês) ainda paira a pergunta de qual é a matriz dessa língua. Não no sentido histórico. E aqui entra a política e a geopolítica. Qual variedade seria aquela a estabelecer o padrão da Língua Portuguesa após tantos séculos de mudança. Durante muito tempo condenamos no Brasil (Não sei se o mesmo aconteceu ou acontece em outros países lusófonos: (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) muitos usos porque não estavam de acordo com o uso de Portugal. Haja vista a famosa colocação de pronomes oblíquos átonos ainda hoje. Até na ortografia, que é estabelecida por

lei, parece que os lusófonos não conseguiram chegar a um acordo final, porque alguns não abraçaram totalmente o acordo ortográfico de 12/10/1990.

De todo modo a questão básica aqui é o que fazemos com a variedade e a mudança dentro da sala de aula. Já falamos dessa questão ao falar da diversidade. Parece não haver razão plausível para escolher uma variedade para o ensino. As razões nunca serão linguísticas, mas outras existentes no mundo social e cultural de cada país. Dissemos que a norma culta tem sido a grande eleita porque sendo possuidora de um léxico mais amplo e de construções mais elaboradas e complexas é capaz de servir de repositório de toda nossa produção cultural e científica. Isto sem dúvida a torna cada vez mais aquela que deve receber a atenção maior em sala de aula. Mas a norma culta não é uma uniformidade. Há a versão literária, a dos trabalhos científicos, a das leis e documentos oficiais, a do jornalismo, a da língua oral, tanto que no Brasil se fez a Gramática do Português Culto Falado que tem seis volumes de referência que vão da fonética e fonologia até a abordagem textual-interativa. E ainda deve haver uma norma culta do Brasil, outra de Portugal e outras de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Há ainda normas cultas de diferentes tempos, mas aqui acho que não deve haver dúvida: o que se levará para a sala de aula é a norma culta contemporânea. Não vejo razão porque no léxico devamos desconsiderar as palavras “coisa” e “prefeito” a favor de “res” e “alcaide” apenas por uma questão de tradição. Não sei se devemos insistir na regência do verbo “assistir” com a preposição “a” quando significa presenciar e com a preposição “em” quando significa morar. A primeira com o verbo como transitivo direto, uso sempre condenado até hoje, apesar de sua larga presença na língua e a segunda é um claro arcaísmo.

Com tantas mudanças acho que nossa pergunta deve ser: de que as pessoas vão precisar em termos de língua no que resta desse século XXI? No quinto artigo do livro **Políticas de Ensino de Língua Portuguesa** que está sendo lançado pelo SIELP, aqui em sua nona edição, as autoras do 5º artigo (Denise Bértoli Braga e Cláudia Hilsdorf Rocha) propõem que “o grande desafio do século XXI talvez seja justamente “ensinar o aluno a aprender a aprender línguas”. Resta o problema de como faremos isso. *(Colegas, se nos ouvem, fica aí o desafio que propuseram – Aguardamos as sugestões)*

Finalizando

Finalizando, gostaria de voltar à questão que levantei há pouco: daqui até o fim do século de que vamos precisar em termos de língua? Como pergunta Harari (2018), do que as pessoas vão precisar para conseguir emprego, compreender o que está acontecendo à sua volta, dizer o que precisa para percorrer a vida? Vou tomar a resposta que ele apanha de muitos especialistas em Pedagogia de que “as escolas deveriam passar a ensinar “os quatro Cs” — pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade” (HARARI – 2018, p. 323). Não sei se criatividade se ensina, mas vamos partir do princípio de que

ela pode ser incentivada, quando se cria condições para que ela floresça. Como ensinar essas coisas em diferentes realidades? O que exatamente cada uma é?

Colaboração e criatividade não são propriamente competências, capacidades ou habilidades linguísticas, embora dependam dela em função das interações necessárias para estes fins. No que tange à língua, cremos que todos estão de acordo com a questão do pensamento crítico, uma capacidade de perceber o que exatamente lhe está sendo dito, em que direção um locutor quer nos levar e também se o que dizemos tem a chance de sucesso de dizer o mais aproximadamente possível o que queremos e produzir o efeito de sentido que desejamos. Isso poderíamos chamar de comunicação, embora se saiba hoje pela Linguística que isso é na verdade uma interação comunicativa que exige uma competência comunicativa em termos de saber como usar os recursos linguísticos como pistas e instruções de sentido, mas atuando em conjunto com uma série de outros fatores. Particularmente em relação à Língua Portuguesa teremos que ensiná-la para dotar nossos alunos dessas capacidades ou outras que venhamos a ver como pertinentes ou necessárias. De todo modo acredito que devemos trabalhar a Língua Portuguesa ou qualquer outra e seus recursos, na direção de formar usuários competentes da língua, que sabem usar seus recursos para dizer e compreender, para trabalhar com os efeitos de sentido que se põe em jogo ao dizer e compreender. Só assim teremos uma comunicação, uma interação comunicativa que possa garantir algum entendimento, colaboração, crítica e mesmo criatividade que, como disse, não sei se é algo que se ensina. Tudo isso é necessário para que não tenhamos daqui algum tempo uma massa de pessoas irrelevantes, porque não se inserem em um mundo que exige cada vez mais competências não ligadas apenas à força física. Nosso trabalho deve ser tal que evite esse desastre social.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) está fazendo 25 anos de existência. A Língua Portuguesa é a mais falada no hemisfério sul, sendo usada por quatrocentos milhões de pessoas, o que faz dela a quarta língua mais falada do mundo. Desse modo além de pensarmos o que fazer no ensino da Língua Portuguesa face aos desafios do século XXI, é preciso pensar noutro desafio: divulgar a nossa língua e fazer dela uma língua com significação no cenário mundial. Temos pois de ensinar também a valorizá-la, a ver qual é o papel dela no mundo e como ela constitui nossa identidade. É preciso ensinar e aprender a como agirmos no confronto da nossa língua com outras que estão no mundo. Temos de estabelecer como a Língua Portuguesa fica diante de outras no cenário mundial. Aí já entramos no campo da política linguística, da geopolítica linguística e da determinação do que queremos para nossa língua nesse tempo em que acordamos para a necessidade e possibilidade de liberdade, de diversidade e igualdade, de convivência com tecnologias que avançam rapidamente e podem nos tornar irrelevantes dentro de sociedades e culturas que mudam sem parar e em que temos um conhecimento cada vez mais volumoso e complexo.

Diante de tantos desafios, Deus, para os que acreditam nele, nos ajude! É uma esperança.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **A Base Nacional Comum Curricular.** Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017. *Introdução: Competências básicas* Pág. 9. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2021.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para século 21.** Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MESQUITA, Elisete Maria de e FREITAS, Maura Alves de. (orgs). **Políticas de ensino de língua portuguesa** (recurso digital – formato epub). São Paulo: Pá de Palavra, 2021.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A complexidade da língua, as muitas teorias linguísticas e o ensino. In BASTOS, Neuza Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: história, memória e interseções lusófonas.** São Paulo: EDUC: IP-PUC-SP, 2018. p. 201-212. ISBN: 9788528306033

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologia textual e ensino de língua. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia: UFU/ILEEL, vol. 12, n. 3, jul. - set. 2018b, p. 1336-1400. ISSN 1980-5799. DOI: 10.14393/DL35-v12n3a2018-1.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O que é inovação do/no ensino de Língua Portuguesa. In BRAVIN, Ângela et al. (org) **Anais do IV Seminário de Línguas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Ensino de Línguas e Inovação: convergências e divergências.** Rio de Janeiro / Seropédica: UFRRJ, 2019. p. 7-28